

Políticas públicas e práticas sustentáveis no fortalecimento da economia social da agricultura familiar em Rondônia

Vanessa Fernanda Rios de Almeida

Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR

vanessarios.almeida@yahoo.com

Gleimíria Batista da Costa Matos

Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR

gleimiria@unir.br

Clésia Maria de Oliveira

Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR

clesiamo@unir.br

Ernani Marques de Almeida

Secretaria de Finanças de Rondônia – SEFIN

ernanimil@yahoo.com.br

Maria Luíza Costa Matos

Secretaria de Estado da Justiça de Rondônia - SEJUS

mluizamt18@gmail.com

Resumo: Este estudo teve como analisar as principais contribuições das políticas públicas das políticas públicas e das práticas sustentáveis no fortalecimento da economia social na agricultura familiar no estado de Rondônia. Para tanto, adotou-se uma abordagem exploratória e bibliográfica, combinada à análise qualitativa de dados provenientes de fontes secundárias recentes, como artigos científicos, documentos oficiais e relatórios técnicos, com o intuito de construir um referencial teórico sólido sobre as dinâmicas da agricultura familiar e da economia social regional. Os resultados indicam que a agricultura familiar desempenha papel central na produção de alimentos, geração de emprego e desenvolvimento local, sendo fortalecida por políticas públicas integradas que promovem capacitação técnica, acesso ao crédito e a adoção de práticas sustentáveis, ainda que persistam barreiras que impactam a sustentabilidade econômica do setor. Conclui-se que o fortalecimento da agricultura familiar em Rondônia, mediante políticas eficazes e tecnificação sustentável, é fundamental para consolidar um modelo de economia social rural inclusivo, que articule justiça social e ambiental, contribuindo para a resiliência das comunidades e o desenvolvimento regional sustentável. O estudo ressalta a necessidade de aprofundamento em pesquisas empíricas que possam validar e ampliar as perspectivas aqui discutidas, com vistas a subsidiar políticas públicas mais adaptadas ao contexto local.

Palavras-chave: agricultura familiar, economia social, políticas públicas, sustentabilidade, Rondônia.

1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar constitui um dos pilares fundamentais da economia rural brasileira, destacando-se em estados como Rondônia, onde representa cerca de 81,3% dos estabelecimentos rurais e é responsável por significativa geração de emprego e renda (IBGE, 2017; Peixoto, 2008). Nesse contexto, a economia social emerge como um eixo central para a promoção do desenvolvimento sustentável, uma vez que articula dimensões econômicas, sociais, ambientais e culturais, configurando-se como um modelo capaz de fortalecer a base produtiva e a inclusão social no meio rural (Albrecht *et al.*, 2021; Silva *et al.*, 2024). A relevância desse tema está relacionada, sobretudo, à urgência de políticas públicas que integrem tais dimensões, promovendo práticas produtivas alinhadas à sustentabilidade e à valorização do capital social local.

O avanço da agricultura familiar em Rondônia enfrenta desafios multifacetados, tais como a necessidade de tecnificação, gestão eficiente, preservação ambiental e resiliência socioeconômica das comunidades. A problemática que guia esta pesquisa reside na compreensão de como as políticas públicas e as práticas sustentáveis colaboram para o fortalecimento da economia social nesse segmento, promovendo não apenas a competitividade produtiva, mas também a inclusão social e a conservação ambiental, aspectos imprescindíveis para o desenvolvimento regional (Mesquita *et al.*, 2023; Pereira *et al.*, 2024, p. 3997). Essa lacuna evidencia a necessidade de uma investigação aprofundada que abarque a inter-relação entre esses fatores no contexto específico do estado.

O fortalecimento da economia social na agricultura familiar demanda políticas públicas integradas que promovam a capacitação técnica, a inclusão social e a sustentabilidade ambiental, considerando as especificidades do meio rural amazônico (Albrecht *et al.*, 2021; Mesquita *et al.*, 2023). Além disso, destaca-se o papel do educador rural como agente transformador, cuja atuação dialógica contribui para a construção coletiva de soluções alinhadas às demandas locais, fortalecendo a identidade e o capital social nas comunidades (Albrecht *et al.*, 2021). Assim, o desenvolvimento da agricultura familiar depende do equilíbrio entre inovação tecnológica e valorização dos saberes tradicionais.

A implementação de práticas sustentáveis, tais como o cultivo agroecológico, manejo integrado, sistemas agroflorestais e agricultura de conservação, revela-se estratégica para a manutenção dos recursos naturais e melhoria da qualidade dos produtos agrícolas (Pereira *et al.*, 2024, p. 3998). Tais práticas não apenas contribuem para a preservação dos ecossistemas locais, mas também favorecem a inserção dos agricultores familiares em circuitos comerciais regionais e nacionais, ampliando sua renda e fortalecendo a economia social (Pereira *et al.*, 2024, p. 3997-3998). Essa sinergia entre sustentabilidade e mercado é fundamental para a segurança alimentar e o desenvolvimento regional equilibrado.

Outro aspecto relevante discutido na literatura refere-se à inserção dos agricultores familiares nos circuitos espaciais de produção, onde a constituição de redes de cooperação entre agentes econômicos, instituições públicas e privadas fortalece processos coletivos de produção e comercialização, ampliando o protagonismo local e a dinamização do desenvolvimento rural (Santos, 2024, p. 5). Esse arranjo institucional é essencial para garantir a perenidade da base produtiva e a sustentabilidade socioeconômica das comunidades, consolidando a agricultura familiar como vetor da economia social.

O papel das políticas públicas, conforme destacado em diversas pesquisas, é central para apoiar empreendimento rurais, superar limitações estruturais e promover o desenvolvimento social e econômico das famílias agricultoras (Pereira *et al.*, 2022, p. 3; Giordano, 2005). A articulação entre apoio governamental, inovação tecnológica e práticas socioambientais

configura um modelo que potencializa a qualidade de vida no meio rural, reforçando a economia social como alternativa para a inclusão e sustentabilidade regional.

Diante desse contexto, a problemática que orienta o presente estudo é: como as políticas públicas, aliadas às práticas sustentáveis, podem contribuir para superar esses obstáculos e fortalecer a economia social na agricultura familiar, promovendo o desenvolvimento rural inclusivo e equilibrado na região de Rondônia? Essa questão torna-se relevante para a formulação de estratégias que potencializem o papel da agricultura familiar no desenvolvimento regional, respeitando as especificidades do contexto amazônico.

O presente estudo tem como objetivo analisar as principais contribuições das políticas públicas das políticas públicas e das práticas sustentáveis no fortalecimento da economia social na agricultura familiar no estado de Rondônia. Visa identificar os principais desafios enfrentados pelas famílias agricultoras, mapear as políticas públicas e as tecnologias adotadas e avaliar os impactos socioeconômicos e ambientais decorrentes dessas ações no contexto regional.

A justificativa deste estudo baseia-se na importância da agricultura familiar como vetor de desenvolvimento socioeconômico e ambiental na Amazônia legal, especialmente em Rondônia, onde sua predominância exige um olhar multidimensional para a formulação e implementação de políticas públicas mais eficazes. Ademais, a literatura destaca lacunas na análise conjunta dos fatores econômicos, sociais e ambientais, identificando a carência de estudos qualitativos exploratórios que possam subsidiar práticas sustentáveis e políticas adaptadas ao contexto regional (Silva et al., 2024; Tozoni-Reis, 2009). Assim, a pesquisa se justifica diante da necessidade de fornecer subsídios teóricos e práticos para o fortalecimento da economia social por meio de ações integradas e contextualizadas.

Em síntese, esta pesquisa visa contribuir para o entendimento dos complexos processos que envolvem a agricultura familiar, as políticas públicas e as práticas sustentáveis no estado de Rondônia, evidenciando suas inter-relações e impactos na economia social. A partir desse panorama, espera-se oferecer subsídios para a formulação de estratégias que fortaleçam a agricultura familiar enquanto componente vital do desenvolvimento regional sustentável, promovendo a inclusão, a preservação ambiental e o fortalecimento das comunidades rurais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Economia Social: Conceitos, Princípios e Manifestações

A economia social, também entendida em muitos contextos como economia solidária, configura-se como um campo de práticas econômicas que se organizam a partir de valores e princípios distintos da lógica mercadológica tradicional, como a cooperação, a autogestão, a solidariedade e a equidade (Laville e Nyssens, 2014). Tal abordagem busca articular objetivos econômicos com dimensões sociais e culturais, promovendo a inclusão social e o desenvolvimento local sustentável. Conforme Gaspar, Silva e Nascimento (2024), a economia social na agricultura familiar é um vetor essencial para a valorização da produção rural, especialmente em regiões vulneráveis, onde a agricultura familiar predomina como forma de subsistência e geração de renda.

O conceito de economia social pode ser compreendido sob diversas abordagens. Segundo Laville e Nyssens (2014), enquanto a economia tradicional privilegia maximização do lucro e relações puramente mercantis, a economia social enfatiza a dimensão humana e comunitária dos processos produtivos. Ela se apresenta como uma terceira via entre o Estado e

o mercado, buscando a construção de sistemas econômicos alternativos baseados no desenvolvimento socioeconômico inclusivo (Laville; Nyssens, 2014; Develtere et al., 2008). Nesse sentido, a economia solidária emerge como uma praxis que fomenta a autogestão, o cooperativismo e a responsabilidade social coletiva.

Os princípios que sustentam a economia social fundamentais para seu funcionamento e impacto são a cooperação, a autogestão, a solidariedade, a democracia participativa e a sustentabilidade ambiental (Mendes, 2016). Cooperação implica na construção conjunta de ações para benefício mútuo e fortalecimento das comunidades; autogestão revela-se como a capacidade dos próprios agentes de controlar e administrar suas atividades produtivas; a solidariedade reforça a ideia do compromisso interpessoal e coletivo frente aos desafios econômicos e sociais; e a sustentabilidade ambiental evidencia a preocupação com o uso racional dos recursos naturais (Mendes, 2016; Laville; Nyssens, 2014). Tais princípios contribuem para a resiliência das comunidades locais e a construção de territórios mais justos e sustentáveis.

Além dos princípios, as diversas formas em que a economia social se manifesta são fundamentais para compreender sua abrangência e potencial para o desenvolvimento territorial. Destacam-se as cooperativas, associações, empreendimentos sociais, grupos de trabalho autogeridos, entre outros (Evers, 2001). Estas organizações não visam o lucro individual, mas o benefício coletivo, atuando em setores variados que vão desde a agricultura familiar, passando por atividades de serviço até a comercialização solidária (Develtere et al., 2008). Na região de Rondônia, por exemplo, cooperativas e associações têm se mostrado estratégias decisivas para a comercialização direta dos produtos locais, favorecendo o fortalecimento da agricultura familiar e a autonomia econômica (Pereira et al., 2024).

O papel da economia social no desenvolvimento local perpassa por sua capacidade de promover inclusão social e econômica das populações tradicionalmente excluídas dos mercados formais, sobretudo em regiões periféricas ou de fronteira agrícola como Rondônia (Santos, 2024). Por meio da valorização das práticas coletivas e da promoção do capital social, esses empreendimentos fomentam processos de geração de renda mais equitativos, redução das desigualdades e fortalecimento das identidades territoriais (Oliveira, 2009). Essa dimensão socioambiental da economia social alinha-se com objetivos contemporâneos de desenvolvimento sustentável e justiça social.

Outro aspecto relevante relaciona-se à interface entre a economia social e as políticas públicas. A efetivação de programas governamentais que reconheçam e estimulem os empreendimentos da economia social representa um elemento decisivo para sua consolidação e expansão (Albrecht et al., 2021). Essas políticas devem estar alinhadas com práticas sustentáveis e mecanismos de assistência técnica que respeitem as especificidades locais e promovam o protagonismo das comunidades rurais (Mesquita et al., 2023).

A autogestão, princípio basilar da economia social, revela-se um diferencial crucial para a organização coletiva e para a dinamização econômica local. Trata-se da capacidade dos grupos de trabalhadores e produtores de tomar decisões consensuais sobre suas atividades, eliminando a centralização e a dependência de agentes externos (Evers, 2001). Essa prática fortalece a cidadania ativa e a responsabilidade social, traduzindo-se em maior coesão e compromisso entre os membros das cooperativas e associações.

No que tange às manifestações da economia social, as cooperativas representam a expressão clássica de organização coletiva, baseada na adesão voluntária, na adesão democrática e na destinação dos excedentes para o desenvolvimento das próprias organizações ou da comunidade (Develtere et al., 2008). Em Rondônia, cooperativas têm sido cruciais para

dar escala e segurança aos processos produtivos da agricultura familiar, aumentando sua capacidade de negociação no mercado regional e nacional (Pereira et al., 2024).

Além das cooperativas, associações e grupos comunitários desempenham papel reconhecido, ampliando as possibilidades de participação e inclusão da população rural, promovendo ações que abrangem desde a capacitação técnica até a comercialização solidária (Oliveira, 2009). Esses agrupamentos dinamizam o capital social e as redes de confiança, elementos essenciais para a economia social.

A economia social também atua de modo articulado ao desenvolvimento territorial ao reforçar a apropriação local dos recursos produtivos e culturais. Isso contribui para a territorialização da produção e para um modelo de desenvolvimento ancorado na sustentabilidade socioambiental e na justiça social (Santos, 2024). Ao valorizar saberes, práticas e identidades, a economia social potencializa o protagonismo das comunidades rurais.

A inclusão social resultante da economia social promove a redução das desigualdades e amplia o acesso ao emprego, à renda e à cidadania, por meio de iniciativas que integram produção, gestão coletiva e práticas sustentáveis (Gaspar, Silva; Nascimento, 2024). Estes aspectos evidenciam a importância da economia social como campo teórico-prático para compreender e fortalecer dinâmicas socioeconômicas em contextos como o Estado de Rondônia.

2.2 Estado de Rondônia: Panorama Socioeconômico e a Agricultura Familiar

O Estado de Rondônia, situado na região Norte do Brasil, tem sua economia marcada pelo destaque da agricultura familiar, que representa a base produtiva predominante no meio rural da região. A agricultura familiar em Rondônia é responsável por cerca de 81,3% dos estabelecimentos rurais, evidenciando sua relevância socioeconômica e seu papel estratégico na geração de emprego e renda local (Jacobsen, 2023, p. 8; Silva et al., 2024). Essa modalidade produtiva configura-se, portanto, como um vetor fundamental de desenvolvimento sustentável e inclusão social no estado.

A agricultura familiar é um componente fundamental da economia rural brasileira, caracterizando-se pela predominância do trabalho e da gestão familiar na condução da produção agrícola, configurando-se não apenas como uma atividade econômica, mas como um modo de vida que envolve aspectos sociais, culturais e econômicos (Gaspar; Silva; Nascimento, 2024, p. 6). No âmbito legal, a Lei nº 11.326/2006 define a agricultura familiar como aquela desenvolvida em propriedades onde a família é responsável pela maior parte do trabalho e pela gestão da unidade, promovendo uma relação direta com a terra e o território. Essa modalidade produtiva é marcada por uma diversidade produtiva que inclui culturas de subsistência e comercialização, manejo agroecológico e sistemas agroflorestais (Pereira et al., 2024, p. 3998). O cultivo diversificado e o cuidado com os recursos naturais garantem a preservação ambiental e a sustentabilidade das comunidades rurais.

A relevância da agricultura familiar em Rondônia é reforçada pela sua diversidade produtiva e pela integração com sistemas agroflorestais e práticas sustentáveis. A produção de alimentos pela agricultura familiar é essencial para a segurança alimentar regional, ao mesmo tempo em que contribui para a conservação ambiental das áreas de preservação permanente (APPs) e da biodiversidade local (Jacobsen, 2023, p. 19; Pereira et al., 2024, p. 3997). Tal articulação reforça a importância do desenvolvimento rural que alia produtividade e sustentabilidade ambiental.

A economia social, *framework* que valoriza a cooperação, a solidariedade e a sustentabilidade, emerge como modelo capaz de fortalecer a agricultura familiar no estado, promovendo o protagonismo dos pequenos agricultores por meio da autogestão e da valorização dos saberes tradicionais (Jacobsen, 2023, p. 34; Cunha, 2020). Esse modelo desafia paradigmas econômicos tradicionais ao priorizar o equilíbrio entre retorno econômico, justiça social e conservação ambiental.

O contexto histórico e socioespacial de Rondônia revela processos de colonização acelerada e expansão econômica que modelaram um espaço rural em transformação, com contradições envolvendo o avanço do agronegócio e o fortalecimento da agricultura familiar (Santos, 2024, p. 21). Tal cenário demanda políticas públicas que adotem um enfoque integrado, conciliando os interesses econômicos, sociais e ambientais para que o desenvolvimento regional seja equilibrado e sustentável.

As políticas públicas desempenham papel vital no fortalecimento da agricultura familiar em Rondônia. Programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas (PRADAs) são essenciais para promover o acesso ao crédito, assistência técnica e a adoção de sistemas agroflorestais que assegurem a sustentabilidade produtiva (Gaspar; Silva; Nascimento, 2024, p. 6; Jacobsen, 2023, p. 8). Essas iniciativas garantem que as normas ambientais brasileiras sejam cumpridas e impulsionam a recuperação ecológica das propriedades familiares.

A dinâmica produtiva da agricultura familiar em Rondônia é potenciada por circuitos espaciais de produção que integram agentes econômicos, instituições públicas e privadas, e saberes locais. Esses circuitos facilitam a comercialização dos produtos de base familiar e fomentam a economia social ao estimular a cooperação e a solidariedade entre os agricultores (Santos, 2024, p. 5; p. 21). Isso traduz-se em maior autonomia e inclusão dos pequenos produtores no mercado regional.

Um aspecto importante no cenário rondoniense é o reconhecimento do papel da extensão rural, que atua no repasse de tecnologias e conhecimentos adaptados à realidade local, facilitando a implementação de práticas sustentáveis e a participação ativa dos agricultores nos processos de decisão (Santos, 2010). Esta integração entre pesquisa, ensino e extensão é fundamental para potencializar o impacto de políticas públicas.

O diagnóstico socioambiental, por sua vez, é condição *sine qua non* para a seleção de técnicas de restauração adequadas e para a implantação de sistemas produtivos que promovam o equilíbrio entre conservação e geração de renda (Jacobsen, 2023, p. 22). O monitoramento e manejo adaptativo dessas ações garantem a sustentabilidade das intervenções a médio e longo prazo, beneficiando diretamente a economia social e as comunidades agrícolas familiares.

Em síntese, Rondônia apresenta um cenário em que a agricultura familiar e a economia social são peças centrais para o desenvolvimento rural sustentável. A interação entre políticas públicas, práticas produtivas sustentáveis, conhecimento tradicional e inovação tecnológica potencializa as potencialidades da região, enquanto enfrenta desafios que requerem soluções integradas e multidisciplinares (Pereira et al., 2024; Santos, 2024). Assim, o fortalecimento da agricultura familiar no Estado está diretamente vinculado à consolidação de uma economia social inclusiva e ecologicamente responsável.

2.3 A Interseção entre Economia Social e Agricultura Familiar

A economia social apresenta-se como um vetor essencial para o fortalecimento da agricultura familiar, sobretudo pela valorização das práticas coletivas, da cooperação e da solidariedade econômica, que potencializam a geração de renda, o acesso aos mercados e a

agregação de valor aos produtos familiares (Pereira et al., 2024, p. 3998). No estado de Rondônia, a articulação entre essas duas dimensões configura-se como um espaço promissor para o desenvolvimento regional sustentável (Santos, 2024, p. 5). A organização coletiva por meio do cooperativismo e da economia solidária, representada por entidades como a Unicafes e diversas cooperativas locais, tem viabilizado a comercialização direta e fortalecido o protagonismo dos agricultores, favorecendo a inclusão socioeconômica (Pereira et al., 2024, p. 3998).

Estudos indicam que a concertação entre políticas públicas, tecnologias sustentáveis e organização social fomenta um ambiente favorável ao aumento da produtividade e à inclusão social, pilares da economia social na agricultura familiar (Pereira et al., 2024, p. 4008). Esse modelo integrado sustenta não só a produção, mas também a segurança alimentar e a conservação ambiental, elementos essenciais para o desenvolvimento equilibrado da região amazônica (Pereira et al., 2024, p. 3996). A economia social, assim, estende sua atuação para além da dimensão econômica, promovendo também a valorização cultural das comunidades rurais e fomentando redes de solidariedade que fortalecem o tecido social local (Pereira et al., 2024, p. 3996).

Para esses fins, as políticas públicas desempenham um papel central na criação de condições adequadas para essa interseção, por meio de ações que incentivam a adoção de tecnologias sustentáveis e fortalecem as redes coletivas (Pereira et al., 2024, p. 3997). Tal suporte institucional é crucial para superar desafios históricos da agricultura familiar, como a burocracia excessiva e as barreiras institucionais ao crédito e à assistência técnica (Gaspar; Silva; Nascimento, 2024, p. 7). Além disso, a economia social fortalece o posicionamento dos agricultores familiares frente aos mercados, ampliando seus canais de comercialização e contribuindo para a valorização dos produtos localmente elaborados (Santos, 2024, p. 5).

Apesar dos avanços, as experiências apontam para desafios na articulação entre economia social e agricultura familiar, tais como a permanência de desigualdades estruturais, a necessidade de capacitação técnica contínua e a limitação da infraestrutura regional para escoamento da produção (Pereira et al., 2024, p. 3997). Essas barreiras indicam a urgência de políticas públicas alinhadas às realidades locais, que estimulem a inovação social e tecnológica, promovendo a inclusão e a sustentabilidade (Santos, 2024, p. 2). Ademais, o fortalecimento do cooperativismo e das redes solidárias é essencial para ampliar a escala e o impacto da economia social na agricultura familiar.

A interdependência entre agricultura familiar e economia social oferece uma perspectiva inovadora e sustentável para o desenvolvimento regional em Rondônia. A adoção conjunta das práticas sustentáveis e a sustentação por políticas públicas eficazes constituem a base para uma agricultura familiar resiliente, capaz de promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental da região (Pereira et al., 2024, p. 3996-3997). A consolidação desse modelo é fundamental para promover a justiça social e preservar o patrimônio ambiental amazônico, alinhando-se aos objetivos da agenda de desenvolvimento sustentável (Gaspar; Silva; Nascimento, 2024, p. 4).

3. METODOLOGIA

Segundo Lakatos e Marconi (2017), a metodologia científica constitui o conjunto de técnicas e instrumentos utilizados para a realização da pesquisa, articulando um caminho lógico e sistemático para a obtenção do conhecimento científico. Em conformidade com essa perspectiva, optou-se por uma abordagem exploratória e bibliográfica, adequando-se aos objetivos de analisar fundamentações teóricas e referências conceituais acerca do tema.

Quanto ao tipo de pesquisa, esta apresenta-se como exploratória, uma vez que visa proporcionar maior familiaridade com o tema, buscando novas perspectivas e aprofundamento do conhecimento disponível sobre metodologias científicas. De acordo com Flick (2009), pesquisas exploratórias são indicadas quando o tema ainda apresenta lacunas ou quando o pesquisador possui entendimento limitado, exigindo uma aprendizagem inicial para embasar investigações futuras. Ademais, a pesquisa é bibliográfica, fundamentando-se em obras acadêmicas e materiais já publicados em bases científicas, com o intuito de consolidar o referencial teórico necessário (Mezzaroba; Monteiro, 2013).

Os objetivos do estudo consistem em delinear os procedimentos metodológicos aplicáveis à pesquisa científica, enfatizando princípios e técnicas, e em contribuir para a formação metodológica de pesquisadores. Para Matias-Pereira (2012), definir objetivos claros é um passo fundamental no processo de pesquisa, pois orienta a escolha dos métodos e delimita o escopo investigativo. Assim, o presente trabalho busca também fornecer subsídios metodológicos alinhados às normas e boas práticas da pesquisa acadêmica.

A pesquisa se caracteriza como não experimental, dado que não há manipulação deliberada de variáveis nem intervenção do pesquisador no ambiente investigado. Conforme Lakatos e Marconi (2017), pesquisas não experimentais são aquelas em que o pesquisador atua de forma passiva, apenas observando e analisando dados já existentes, o que é típico das investigações bibliográficas e exploratórias. Essa natureza permite compreender teorias, conceitos e práticas já estabelecidas, sem interferência direta.

A população investigada corresponde ao conjunto de produções científicas e literaturas específicas sobre metodologia da pesquisa, com ênfase em obras reconhecidas na área do direito e nas ciências sociais. A seleção dos autores considerou a relevância e a representatividade no campo da metodologia científica, priorizando manuais com abordagens teóricas e práticas consolidadas. Conforme Rabelo Queiroz e Feferbaum (2016), a escolha criteriosa dos materiais baseia-se em critérios como atualidade, abrangência e autoridade dos autores.

Os instrumentos de coleta de dados adotados foram a revisão bibliográfica sistematizada e a análise documental das obras selecionadas. Essa técnica consiste na busca, seleção, leitura crítica e registro de informações em documentos já publicados, sendo ferramenta fundamental para a pesquisa científica. Segundo Mezzaroba e Monteiro (2013), a revisão bibliográfica deve contemplar leituras integradas que possibilitem compreensão ampla dos temas, permitindo o diálogo entre diferentes correntes de pensamento.

Cabe destacar a importância da fundamentação teórica na decisão sobre a abordagem metodológica escolhida. Mezzaroba e Monteiro (2013) ressaltam que a metodologia deve estar alinhada aos objetivos e natureza do problema, integrando elementos que favoreçam a coerência interna da pesquisa. A combinação da pesquisa exploratória com a bibliográfica evidenciou-se adequada para cumprir as metas traçadas neste estudo.

Assim, esta metodologia, embora teórica e exploratória, segue princípios científicos rigorosos que a aproximam de pesquisas empíricas, respeitando os passos indispensáveis para a validação do conhecimento. Lakatos e Marconi (2017, p. 60) afirmam que "a pesquisa científica não se restringe à coleta de dados, mas inclui a sistematização e a análise crítica para a construção do conhecimento". Portanto, este trabalho evidencia compromisso com a qualidade e a relevância acadêmica.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A agricultura familiar no estado de Rondônia destaca-se como um componente central na dinâmica socioeconômica regional, representando um importante vetor para o fortalecimento

da economia social e para a promoção do desenvolvimento sustentável. Conforme evidenciado na literatura, a agricultura familiar combina dimensões econômicas, sociais e ambientais, o que reforça a importância das políticas públicas voltadas para essa modalidade produtiva, que buscam superar desafios estruturais e promover a inclusão social (Gaspar; Silva; Nascimento, 2024, p. 4-7; Santos, 2024, p. 5-8). Ademais, o contexto amazônico impõe particularidades que demandam estratégias integradas, que valorizem o capital social, a tecnificação sustentável e a preservação ambiental, elementos fundamentais para a resiliência das comunidades rurais e para a sustentabilidade dos sistemas produtivos (Albrecht et al., 2021; Pereira et al., 2024, p. 3996-3998).

Os desafios enfrentados pela agricultura familiar em Rondônia são multifacetados, envolvendo desde a limitação no acesso a recursos como crédito, financiamento, tecnologia e terra, até questões sociais, como desigualdades de gênero e insuficiente valorização política (Zuin; Matarésio, 2024, p. 17-19). Contudo, a presença de políticas públicas específicas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), e a aplicação de tecnologias sustentáveis, viabilizam oportunidades para o desenvolvimento dessa base produtiva, ampliando seu potencial econômico e social (Gaspar; Silva; Nascimento, 2024, p. 6; Melo et al., 2021, p. 11). Portanto, o fortalecimento da agricultura familiar está intrinsecamente atrelado à concertação entre práticas sustentáveis, inclusão social e eficiência na gestão dos recursos públicos e privados.

Com base nesses aspectos, a construção de estratégias públicas e privadas que valorizem tanto os fluxos materiais quanto os imateriais – como o conhecimento técnico e o trabalho coletivo – torna-se imprescindível para a consolidação da economia social na agricultura familiar em Rondônia. Essa perspectiva contribui para potencializar o protagonismo dos agricultores familiares, promover a conservação ambiental e fomentar a geração de renda com inclusão social (Santos, 2024, p. 2-5; Pereira et al., 2022, p. 1-24). Nesse sentido, o Quadro 1 sintetiza os principais desafios e oportunidades identificados na interface entre a economia social e a agricultura familiar no estado.

Quadro 1 – Desafios e Oportunidades da Economia Social na Agricultura Familiar em Rondônia

Dimensão	Desafios	Oportunidades
Acesso a recurso	Limitação no acesso a crédito, financiamento e terra; burocracia e falta de informações adequadas (Zuin; Matarésio, 2024)	Programas públicos de crédito e assistência técnica como o Pronaf; cooperação entre agentes públicos e privados (Gaspar; Silva; Nascimento, 2024)
Tecnologia e inovação	Baixo nível tecnológico em muitos municípios; dificuldade de adoção de práticas sustentáveis (Melo et al., 2021)	Adoção de tecnologias sustentáveis; promoção da capacitação técnica e extensão rural contextualizada (Pereira et al., 2024)
Organização social	Desigualdades de gênero; insuficiente valorização política e social da agricultura familiar (Zuin; Matarésio, 2024)	Fortalecimento do trabalho coletivo e redes associativas; valorização do conhecimento tradicional e técnico (Santos, 2024)
Sustentabilidade ambiental	Pressão sobre os recursos naturais; risco de desmatamento e degradação ambiental em decorrência de práticas inadequadas (Pereira et al., 2024)	Práticas agroecológicas e agroflorestais; integração da sustentabilidade ambiental como eixo estratégico da produção (Pereira et al., 2024)
Economia social e inclusão	Desigual distribuição de renda; marginalização de determinados grupos sociais no acesso aos benefícios da agricultura familiar (Pereira et al., 2022)	Inclusão social por meio de políticas públicas integradas; geração de renda e segurança alimentar fortalecendo a economia local (Gaspar et al., 2024)

Fonte: Elaborado pelos autores

A partir dos desafios elencados no quadro, destaca-se que o acesso limitado a recursos essenciais como crédito, terra e financiamento constitui uma barreira significativa para o pleno desenvolvimento da agricultura familiar em Rondônia. Assim, a superação dessas limitações passa pela ampliação e otimização de programas públicos direcionados ao segmento, além do aprimoramento da cooperação institucional entre agentes governamentais e privados, fator que pode maximizar a eficiência dos recursos investidos e ampliar o alcance das políticas (Zuin; Matarésio, 2024; Gaspar; Silva; Nascimento, 2024). Esse cenário ressalta a necessidade de continuidade e expansão das iniciativas regulatórias e de suporte técnico para garantir o acesso equitativo e fortalecimento da produção familiar.

No que tange à inovação tecnológica, observa-se que a maioria dos municípios apresenta níveis tecnológicos ainda baixos, o que dificulta a adoção massiva de práticas sustentáveis e impacta negativamente a produtividade e sustentabilidade socioambiental da agricultura familiar (Melo et al., 2021). Todavia, a incorporação de tecnologias sustentáveis e a organização de ações extensionistas contribuem para capacitação dos agricultores, permitindo a adoção de sistemas agroecológicos e manejo que conciliam a conservação dos recursos naturais com a melhoria da qualidade e valor dos produtos (Pereira et al., 2024). Essa transição é fundamental para a ampliação do protagonismo produtivo e econômico da agricultura familiar no estado.

Além disso, a dimensão social revela que, embora existam desafios relacionados a desigualdades e falta de valorização política, há importantes oportunidades no fortalecimento das redes associativas e no reconhecimento dos conhecimentos tradicionais e técnicos da agricultura familiar. O fortalecimento do trabalho coletivo e a valorização do capital social são elementos-chave para a construção de estratégias públicas que promovam a inclusão socioeconômica e a sustentabilidade da economia social em Rondônia (Santos, 2024; Pereira et al., 2022). Assim, a combinação de políticas públicas eficazes, práticas sustentáveis e organização social emerge como caminho imprescindível para consolidar a agricultura familiar enquanto vetor do desenvolvimento regional.

O fortalecimento da economia social na agricultura familiar em Rondônia, Quadro 2, requer uma abordagem integrada que articule dimensões econômicas, sociais e ambientais, a partir da implementação de programas e políticas públicas coesas (BUSS, 2021; GRISA; SCHNEIDER, 2014). A adoção de práticas sustentáveis, como o cultivo agroecológico e o manejo agroflorestral, contribuindo para a conservação do capital natural, revela-se imprescindível para garantir a segurança alimentar e a viabilidade econômica das famílias rurais (PEREIRA et al., 2024; PEREIRA et al., 2018). Além disso, a atuação de instituições locais como a EMATER/RO favorece a efetividade das políticas, viabilizando suporte técnico e monitoramento constante das ações (BUSS, 2021).

A consolidação da agricultura familiar enquanto vetor da economia social em Rondônia depende da convergência entre políticas públicas eficazes, práticas sustentáveis e o fortalecimento do capital social local (MESQUITA et al., 2023; SANTOS, 2024). Essa articulação possibilita a construção de circuitos produtivos diversificados e associativos, ampliando o protagonismo dos agricultores familiares e promovendo um desenvolvimento regional equilibrado, socialmente justo e ambientalmente sustentável (SANTOS, 2024; PEREIRA et al., 2024).

Quadro 2 – Fortalecimento da economia social na agricultura familiar em Rondônia

Aspectos	Descrição
Geração de emprego e renda	A agricultura familiar é responsável por significativa geração de postos de trabalho e renda no meio rural.

Práticas sustentáveis	Implementação de manejo agroecológico, sistemas agroflorestais e agricultura de conservação para sustentabilidade ambiental e produtiva.
Políticas públicas	Programas como o Pronaf e atuação da EMATER/RO que promovem crédito facilitado, assistência técnica e promoção de inclusão social.
Capital social e associativo	Fortalecimento das redes produtivas, organização social e valorização da identidade local para maior resiliência comunitária.
Conservação ambiental	Priorização da conservação dos recursos naturais como mecanismo para assegurar a perenidade das atividades agropecuárias.
Melhoria da qualidade de vida	Impactos positivos na inclusão social, educação, saúde e infraestrutura das comunidades rurais a partir do fortalecimento da agricultura familiar.

Fonte: Elaborado pelos autores

Fica evidente que o fortalecimento da economia social vinculada à agricultura familiar no estado de Rondônia é multifacetado, valendo-se da geração de emprego e da renda como pilares fundamentais para a sustentabilidade da vida rural (Peixoto, 2008; Silva et al., 2024). A agricultura familiar não apenas contribui para o sustento das comunidades, mas também impulsiona a economia local, corroborando o papel estratégico desse setor frente à realidade social e econômica regional.

Adicionalmente, a adoção de práticas sustentáveis se destaca como elemento chave para a preservação dos recursos naturais amazônicos, fundamentais para garantir a perenidade da atividade agropecuária familiar (Pereira et al., 2024; Pereira et al., 2018). A integração entre políticas públicas, como o Pronaf e o apoio técnico da EMATER/RO, possibilita que os agricultores incorporem essas práticas, ampliem sua produtividade e melhorem sua inserção no mercado, fortalecendo suas capacidades produtivas e sociais (Buss, 2021; EMATER/RO, 2020).

O fortalecimento do capital social e das redes associativas contribui para a construção de resiliência comunitária, promovendo a inclusão social e melhorias na qualidade de vida das famílias rurais (Albrecht et al., 2021; Gaspar; Silva; Nascimento, 2024). Dessa forma, o desenvolvimento da agricultura familiar em Rondônia assume uma dimensão integral, capaz de promover um desenvolvimento socioeconômico equilibrado e sustentável, consolidando-se como vetor essencial da economia social regional.

Destaca-se ainda que o sucesso na consolidação da agricultura familiar sustentável depende da articulação entre múltiplos atores, desde instituições financeiras até agentes educativos e comunidades locais, numa perspectiva multidisciplinar e dialógica. Essa construção coletiva fortalece o capital social e a identidade local, essenciais para a resiliência das comunidades rurais diante dos desafios socioeconômicos e ambientais da Amazônia (Albrecht et al., 2021; Mesquita et al., 2023). Assim, compreender as políticas públicas e as práticas sustentáveis, Quadro 3, como elementos integrados é estratégico para promover um desenvolvimento rural inclusivo, sustentável e inovador.

Quadro 3 – Políticas Públicas e Práticas Sustentáveis para a Agricultura Familiar em Rondônia

Categoria	Descrição	Exemplos / Instrumentos	Objetivos
Políticas Públicas	Iniciativas governamentais que oferecem suporte técnico, financeiro e institucional à agricultura familiar, visando à inclusão social e à sustentabilidade.	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); linhas de crédito facilitadas; capacitação técnica por EMATER/RO	Fortalecer o setor produtivo, promover inclusão financeira e garantir o desenvolvimento socioeconômico das comunidades rurais.
Práticas Sustentáveis Integração	Métodos produtivos que promovem a conservação ambiental, o uso eficiente dos	Sistemas agroflorestais; manejo integrado de culturas; agricultura de conservação; agroecologia	Preservar os ecossistemas locais, reduzir desmatamento, melhorar

	recursos naturais e a melhoria da qualidade dos produtos e do solo.		produtividade e qualidade dos produtos familiares.
Políticas-Práticas	Adoção conjunta de políticas públicas e práticas sustentáveis que favorecem a geração de renda, inclusão social e conservação ambiental na agricultura familiar.	Articulação entre instituições financeiras, extensão rural e capacitação; incentivo à inovação tecnológica e gestão ambiental integrada	Construir comunidades rurais resilientes, promover segurança alimentar e assegurar sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Fonte: Elaborado pelos autores

O Quadro 3 mostra que as políticas públicas desempenham um papel decisivo no suporte à agricultura familiar, ofertando recursos financeiros e capacitação técnica que permitem o desenvolvimento econômico e social dos produtores rurais. Dentre essas políticas, o Pronaf destaca-se como um instrumento fundamental para viabilizar o acesso ao crédito e fomentar a produção agrícola familiar, garantindo a inclusão financeira dos agricultores e fortalecendo sua autonomia produtiva (BUSS, 2021; GASPARI; SILVA; NASCIMENTO, 2024). Essas medidas são essenciais para superar as limitações institucionais e estimular práticas inovadoras e sustentáveis.

Já as práticas sustentáveis representam um conjunto de estratégias produtivas que visam à conservação ambiental e à promoção do uso racional dos recursos naturais, elementos imprescindíveis para a perenidade das atividades agrícolas na região amazônica. O uso de sistemas agroflorestais, manejo integrado e agricultura de conservação revela preocupação com a biodiversidade, a redução da degradação do solo e a melhoria qualitativa dos produtos, aspectos que favorecem a inserção dos agricultores familiares em circuitos econômicos mais amplos e sustentáveis (Pereira et al., 2024; Buss, 2021). Essas práticas colaboram não apenas para o meio ambiente, mas também para o equilíbrio socioeconômico das comunidades.

A integração entre políticas públicas e práticas sustentáveis é apresentada como estratégia imprescindível para promover a sustentabilidade multidimensional – econômica, social e ambiental – da agricultura familiar em Rondônia. A atuação coordenada das instituições financeiras, órgãos de extensão rural e dos próprios agricultores potencializa a adoção de tecnologias apropriadas e a gestão eficaz dos recursos naturais, promovendo comunidades rurais mais resilientes e inclusivas (Albrecht et al., 2021; Mesquita et al., 2023). Esse enfoque integrado contribui para a construção de modelos produtivos que reconciliam a conservação com o desenvolvimento econômico.

A literatura reforça a necessidade de um olhar multidisciplinar e participativo que compreenda a agricultura familiar não só como atividade produtiva, mas como prática social e cultural que sustenta a economia regional. O fortalecimento desses vínculos amplia as possibilidades de sucesso das políticas públicas e das práticas sustentáveis, apontando para a agricultura familiar como vetor estratégico de desenvolvimento rural sustentável, capaz de promover segurança alimentar, estabilidade ambiental e valorização sociocultural em Rondônia (Santos, 2024; Albrecht et al., 2021).

A complexidade dos desafios enfrentados pela agricultura familiar amazônica exige políticas públicas integradas, que considerem dimensões econômicas, sociais, culturais e ambientais, consonantes com os princípios da economia social. De acordo com Albrecht et al. (2021), a efetividade desses instrumentos está diretamente relacionada à articulação entre tecnificação, valorização do capital social e fortalecimento da identidade local, que juntos contribuem para a resiliência e a sustentabilidade das comunidades rurais. Além disso, a participação institucional das entidades regionais, como a EMATER/RO, tem papel crucial na implementação, monitoramento e ajuste das políticas para atender às demandas específicas do agricultor familiar (BUSS, 2021).

Ressalta-se que as práticas sustentáveis, aliadas a políticas públicas eficazes, são essenciais para consolidar um modelo produtivo equilibrado, que promova a conservação dos recursos naturais e a geração de valor econômico e social. Conforme Pereira et al. (2024), a adoção de tecnologias sustentáveis e a organização coletiva fortalecem o desenvolvimento regional da agricultura familiar em Rondônia, configurando-se como vetores decisivos para a promoção de uma economia social sólida, inclusiva e ambientalmente responsável.

Quadro 4 – Mapeamento das políticas públicas voltadas para a economia social na agricultura familiar em Rondônia

Política Pública / Ação	Descrição	Instituições Envolvidas	Impactos Esperados
Abordagem integrada socioeconômica e ambiental	Política que articula dimensões econômicas, sociais e ambientais para fortalecer a agricultura familiar sustentável	EMATER/RO, Secretarias de Agricultura e Meio Ambiente	Geração de renda, conservação dos recursos naturais, melhoria da qualidade de vida
Capacitação e extensão rural contextualizada	Programas de capacitação, valorização do capital social e diálogo participativo para capacitar agricultores familiares	EMATER/RO, Secretaria de Agricultura	Melhor desempenho técnico, fortalecimento da identidade local e resiliência comunitária
Fomento à organização coletiva e cooperativismo	Apoio a cooperativas e associações para a comercialização e fortalecimento da economia solidária na agricultura familiar	EMATER/RO, Unicafe, Cooperativas locais	Ampliação do acesso ao mercado, melhor relação comercial e fortalecimento das redes sociais
Incentivo à agricultura sustentável	Programas para adoção de técnicas agroecológicas, sistemas agroflorestais e agricultura de conservação	Secretarias de Agricultura e Meio Ambiente	Redução do desmatamento, manutenção da biodiversidade, aumento da produtividade agrícola
Inclusão social e distribuição de renda	Políticas públicas para inclusão social, capacitação técnica e distribuição equitativa de renda no meio rural	Governo Estadual, EMATER/RO	Inclusão socioeconômica, redução das desigualdades e melhoria da qualidade de vida
Investimentos em infraestrutura social	Fortalecimento de serviços básicos como educação, saúde e infraestrutura rural para comunidades agrícolas	Governo Estadual, Secretarias de Saúde e Educação	Melhoria das condições de vida, suporte ao desenvolvimento sustentável

Fonte: Elaborado pelos autores

Observa-se que as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar em Rondônia têm uma forte orientação multidimensional, abrangendo aspectos econômicos, sociais e ambientais, necessários para a consolidação da economia social. Destaca-se a atuação da EMATER/RO como instituição central, atuando desde a capacitação técnica até o monitoramento das ações governamentais, facilitando o diálogo entre os agricultores e o Estado e garantindo que as políticas atendam às demandas reais das comunidades rurais. Essa articulação institucional é fundamental para o ajuste das estratégias e para o fortalecimento do protagonismo dos agricultores familiares (BUSS, 2021; EMATER/RO, 2020).

Além disso, o incentivo à organização coletiva, por meio de cooperativas e associações, revela-se uma ação estratégica para o fortalecimento da economia solidária no setor rural. Tal política possibilita que os agricultores tenham maior poder de negociação e acesso aos mercados, reduzindo a dependência das formas tradicionais de comercialização e valorizando as redes sociais locais. Essa dimensão associativa é vital para a sustentabilidade econômica e social do segmento, promovendo uma produção mais inclusiva e integrada regionalmente (Santos, 2024; Pereira et al., 2024).

Outro ponto de destaque no quadro refere-se ao incentivo à agricultura sustentável, que busca substituir práticas tradicionais nocivas por tecnologias agroecológicas e agroflorestais. Essa transformação é essencial para a preservação dos recursos naturais da Amazônia, protegendo a biodiversidade e contribuindo para a segurança alimentar da região. A adoção dessas práticas também agrega valor à produção familiar e promove uma vocação sustentável para o desenvolvimento rural (Pereira et al., 2024).

As políticas que promovem a inclusão social e investem em infraestrutura básica para as comunidades rurais são fundamentais para melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares, oferecendo condições adequadas para o desenvolvimento humano e social. Ao integrar ações de saúde, educação e infraestrutura, essas políticas reforçam o papel da agricultura familiar na economia social e consolidam um modelo regional mais justo, equitativo e sustentável, capaz de enfrentar as desigualdades estruturais presentes no meio rural (Gaspar; Silva; Nascimento, 2024).

Adicionalmente, a integração entre políticas públicas efetivas e práticas sustentáveis aparece como elemento central para promover a resiliência e a inclusão social na agricultura familiar. A literatura destaca que, sem o suporte técnico e institucional adequado, mesmo o acesso facilitado ao crédito pode não resultar em ganhos duradouros para as famílias rurais, sobretudo diante das condições socioambientais do estado de Rondônia (Pereira et al., 2024). Essa constatação reforça a necessidade de ações complementares que considerem a complexidade da realidade local, envolvendo educação, assistência técnica e proteção ambiental.

É fundamental reconhecer que o crédito rural, quando associado a práticas sustentáveis e gestão eficiente, contribui para a construção de arranjos produtivos locais mais inclusivos e equilibrados, conforme enfatizam Gaspar, Silva e Nascimento (2024). Essa interconexão entre financiamento, conhecimento e sustentabilidade promove a diversificação da produção, a geração de renda e a valorização sociocultural dos agricultores familiares, elementos essenciais para o desenvolvimento rural sustentável em Rondônia (Gaspar, Silva e Nascimento, 2024; Santos, 2024).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo principal analisar as principais contribuições das políticas públicas e das práticas sustentáveis no fortalecimento da economia social na agricultura familiar no estado de Rondônia. Almejou-se, também, identificar os desafios enfrentados pelas famílias agricultoras, as políticas e tecnologias adotadas, bem como os impactos socioeconômicos e ambientais decorrentes dessas ações no contexto rural amazônico. Os objetivos propostos foram plenamente alcançados, permitindo uma compreensão aprofundada acerca das dinâmicas e desafios da agricultura familiar na região.

Os resultados evidenciaram que a agricultura familiar desempenha papel fundamental na dinâmica socioeconômica de Rondônia, com relevante contribuição para a produção de alimentos, geração de emprego e promoção do desenvolvimento local sustentável. A integração das dimensões econômica, social e ambiental, por meio de políticas públicas direcionadas à capacitação técnica, acesso ao crédito rural e adoção de práticas sustentáveis, apresentou-se como fator determinante para o fortalecimento da economia social e para a inclusão das comunidades rurais. Ademais, foi possível identificar que, apesar da existência de programas governamentais como o Pronaf, barreiras burocráticas e restrições institucionais ainda limitam o pleno acesso ao crédito, comprometendo o potencial produtivo e a sustentabilidade econômica das famílias agricultoras.

No que tange às implicações dos resultados, destaca-se que políticas públicas integradas e práticas sustentáveis favorecem a resiliência, a tecnificação sustentável e a preservação ambiental na agricultura familiar, constituindo-se em vetores essenciais para o desenvolvimento regional inclusivo e equilibrado. Essas ações contribuem significativamente para a consolidação de comunidades rurais produtivas e ambientalmente responsáveis, alinhadas às diretrizes da agenda de desenvolvimento sustentável.

Entretanto, a pesquisa enfrentou limitações decorrentes da sua abordagem predominantemente exploratória e bibliográfica, que restringiu a análise à investigação teórica e documental, sem a realização de coleta de dados primários ou estudos de campo. Tal restrição impede uma compreensão mais aprofundada e contextualizada das dinâmicas locais, sinalizando a necessidade de investigações futuras que envolvam métodos empíricos.

Nesse sentido, sugere-se que pesquisas futuras explorem os impactos específicos de políticas públicas de médio e longo prazo sobre a economia social da agricultura familiar em Rondônia, bem como o papel das redes de cooperação e da inovação tecnológica no fortalecimento das cadeias produtivas locais. Além disso, recomenda-se a inclusão das percepções dos próprios agricultores, examinando suas práticas tradicionais e inovadoras, o que poderá oferecer subsídios valiosos para a formulação de políticas públicas mais eficientes e contextualizadas.

Este trabalho contribui para o avanço do conhecimento sobre a agricultura familiar e economia social na Amazônia, ressaltando a importância de políticas públicas integradas e práticas sustentáveis para o desenvolvimento regional. Reforça-se, assim, a necessidade de ações articuladas que promovam a inclusão social, a preservação ambiental e a sustentabilidade econômica, elementos essenciais para a construção de comunidades rurais resilientes e produtivas no estado de Rondônia.

REFERÊNCIAS

- Albrecht, F., Silva, L. A., & Nascimento, R. S. (2021). Desafios da agricultura familiar na região amazônica: integração de aspectos econômicos, sociais, ambientais e culturais. *Revista de Desenvolvimento Regional*, 15(2), 123-140.
- Cunha, M. (2020). Economia social: fundamentos para o desenvolvimento rural sustentável. *Revista Desenvolvimento Regional*, 12(2), 45-60.
- Develtere, P., Fonteneau, B., & Gomez, J. (2008). *The worldwide making of the social economy: innovations and changes*. Leuven University Press.
- Evers, A. (2001). The social economy in Latin America. *Annals of Public and Cooperative Economics*, 72(3), 433-461.
- Flick, U. (2009). *Introdução à metodologia da pesquisa* (1ª ed.). Artmed.
- Gaspar, J., Silva, T., & Nascimento, R. A. (2024). Agricultura familiar em Rondônia: desafios e potencialidades para o desenvolvimento socioeconômico. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, 10(1), 3-15.
- Giordano, P. (2005). Apoio institucional à agricultura familiar: educação básica, capital e tecnologias na sustentabilidade social. *Revista de Políticas Agrárias*, 12(1), 45-60.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2017). *Censo Agropecuário 2017*. Rio de Janeiro: IBGE.

- Jacobsen, R. H. F. (2023). Projeto para recuperação de áreas de preservação permanente de propriedades rurais da agricultura familiar no estado de Rondônia (Trabalho de Conclusão de Curso, Pós-graduação em Restauração Florestal). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Itapua do Oeste, RO, Brasil.
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (2017). Fundamentos de metodologia científica (7ª ed.). Atlas.
- Laville, J. L., & Nyssens, M. (2014). The social economy: diverse approaches and practices in different contexts. International Labour Organization.
- Matias-Pereira, J. (2012). Manual de metodologia da pesquisa científica (2ª ed.). Loyola.
- Mendes, L. (2016). Princípios e práticas da economia solidária para desenvolvimento local sustentável. *Revista Desenvolvimento & Meio Ambiente*, 37, 7-24.
- Mesquita, F., Silva, L. F., & Moreira, R. (2023). Políticas públicas e economia social na agricultura familiar em Rondônia. *Cadernos de Desenvolvimento Regional*, 12(2), 150-168.
- Mezzaroba, O., & Monteiro, C. S. (2013). Manual de metodologia da pesquisa do direito. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais.
- Oliveira, G. (2009). Valorização do capital social na economia solidária rural. *Revista de Ciências Sociais*, 40(2), 110–125.
- Peixoto, J. G. (2008). Contribuição da agricultura familiar para o desenvolvimento sustentável em Rondônia. *Revista Amazônia & Desenvolvimento*, 5(2), 33–50.
- Pereira, R. da S., Lima, F. J., & Castro, L. M. (2024). Da tradição à inovação: como as tecnologias sustentáveis estão transformando a agricultura familiar no portal da Amazônia. *Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana*, 22(1), 3993–4009.
- Rabelo Queiroz, R. M., & Feferbaum, M. (2016). Metodologia da pesquisa em direito: técnicas e abordagens para elaboração de monografias, dissertações e teses (1ª ed.). Rio de Janeiro, RJ: Forense.
- Santos, F. A. (2024). Economia social e desenvolvimento sustentável em Rondônia. *Revista de Economia Social*, 8(1), 1–20.
- Santos, R. W. (2010). A extensão rural como estratégia para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. *Revista de Estudos Rurais*, 16(4), 112–125.
- Silva, M., Pereira, L. A., & Barbosa, J. S. (2024). Agricultura familiar, inclusão social e sustentabilidade: desafios na Amazônia Legal. *Revista Amazônica de Economia Social*, 3(1), 60–73.
- Zuin, T., & Matarésio, S. (2024). Segurança alimentar e desigualdades estruturais na Amazônia Legal: desafios para políticas públicas sustentáveis. *Revista Amazônia em Debate*, 8(1), 15–22.